

JUSTIFICATIVA QUANTO A UTILIZAÇÃO DA FORMA PRESENCIAL

CONSIDERANDO que em atendimento ao disposto em seu artigo 17, parágrafos 2º e 5º, os pregões regidos pela Lei 14.133/21, deverão ser realizados preferencialmente na modalidade eletrônica, admitindo-se sua realização presencial, desde que motivada, sendo, nessas condições, devida a gravação da sessão de julgamento por meio de áudio e vídeo;

CONSIDERANDO que a opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade e, no presente caso a efetividade da entrega e condições dos bens adquiridos, sem prejuízo à competitividade.

CONSIDERANDO que o pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos e aumentariam os custos;

CONSIDERANDO que cabe a cada ente federativo regulamentar a norma geral no que couber, normatizando a utilização do pregão e a forma como ocorrerá, de acordo com as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO a forma de entrega, e que o município não conta com muitos vasilhames e também teria problemas com uma armazenagem incorreta;

CONSIDERANDO que a maioria das empresas ativas no Município de Guaranésia e região fornecedoras dos itens licitados são Microempresas, e que, realizando a licitação na modalidade Pregão na forma presencial estamos fomentando o comércio regional e local ampliando a eficiência das políticas públicas e atendendo a Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei 147/2014;

CONSIDERANDO as características peculiares destas contratações, a opção pela modalidade presencial não causará qualquer alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permitirá maior redução de preços tendo em vista a interação presencial da pregoeira com os licitantes;

CONSIDERANDO que os objetos comprados devem ser entregues de forma parcelada, em pequenas quantidades e diariamente em horários estipulados, com rapidez, a modalidade pregão na forma eletrônica, se mostra inadequada neste tipo de material de consumo;

CONSIDERANDO que no Pregão Presencial assim como no Eletrônico a informação da licitação é divulgada de forma ampla, viabilizando o despertar de interesse nos licitantes;

CONSIDERANDO que o Município de Guaranésia, apesar de ter menos de 20 mil habitantes, possui hoje todos recursos tecnológicos necessários para a realização do pregão eletrônico, mas as empresas locais do ramo dos objetos licitados não possuem ou não os empregam, o que prejudicará a competitividade no presente certame. E, conforme relatórios anexos, nos anos anteriores só participaram de

processos de licitação no Município de Guaraniésia, com esse objeto, fornecedores locais;

CONSIDERANDO que os recursos tecnológicos necessários para a realização do pregão eletrônico são, dentre outros um sinal de internet fluido e de qualidade capaz de sustentar a elevada troca de dados entre licitantes e a administração pública,

CONSIDERANDO a natureza e as características dos bens licitados, conforme citado acima, foi limitada a localização geográfica dos fornecedores licitantes a uma distância de 30 km da sede da empresa participante até a Prefeitura Municipal de Guaraniésia a fim de não restringir a concorrência de forma desarrazoada, tão pouco prejudicar a efetividade da entrega dos bens, pois caso a empresa vencedora seja fora do Município de Guaraniésia e adjacências, restará inviabilizada a logística de entrega e onerar ainda mais os custos finais da administração pública;

CONSIDERANDO os ensinamentos do ilustre professor Dr. Ulisses Jacoby Fernandes, **sempre que o objeto requerer intervenção mais ativa do pregoeiro** para a motivação da disputa e a obtenção da proposta mais vantajosa e, **quando o possível fornecedor, em face das condições necessárias à consecução do objeto, estiver contido numa região geográfica específica,** o uso do pregão na forma eletrônica **não ampliará a disputa**, ao contrário, pode resultar inclusive na **perda da competitividade**.

CONSIDERANDO que a utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Guaraniésia-MG, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento: (...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei nº. 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

As Secretarias Municipais vêm expor os motivos pelos quais optam em realizar este processo licitatório, cujo objeto é a eventual e futura aquisição de produtos de panificação, na forma presencial.

Como não são muitas as empresas no município e adjacências capazes de cumprir este objeto, e, para não correremos o risco de o resultado desta licitação na forma eletrônica ser deserta, causando prejuízos aos cofres e aos serviços públicos municipais, entendemos justificada a realização deste pregão na forma presencial, eis que inviável a forma eletrônica neste caso concreto, pois a forma presencial é a mais



adequada e a que melhor atende o interesse público, em face da desvantagem da realização da forma eletrônica para a Administração Pública Municipal.

Esclarecemos ainda que a Prefeitura não dispõe de equipamentos para gravar a sessão em áudio e vídeo, conforme estabelecido no parágrafo 2º, do art. 17 da Lei nº. 14.133/2021. Dessa forma, solicitamos a cessão do espaço e dos equipamentos da Câmara Municipal para gravação da sessão. O arquivo com o conteúdo da gravação será disponibilizado no site oficial do Município e também será parte integrante do processo mídia própria, com pen drive, por exemplo, que contenha a gravação da sessão na íntegra.

Cláudia Neto Ribeiro
Pregoeira